



OS QUE VIERAM PARA BRANQUEAR O BRASIL: O MOINHO DE GASTAR GENTE E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SÉCULO XIX

Cristina Mair Barros Rauter¹

Resumo: Um estudo introdutório sobre imigração de povos de língua alemã para o Brasil do século XIX, num contexto em que sua vinda era valorizada por teóricos como Nina Rodrigues como os que iriam salvar o Brasil de seu destino de nação negra. As raças negra e índia e a mestiçagem eram vistas como causa do atraso; Manoel Bomfim, na passagem do século XX descreve os males da sociedade brasileira como relacionados ao parasitismo exercido por uma classe dominante que não quer ter despesas, mas somente lucros, numa sociedade em cuja camada mais profunda está o negro escravizado. Que relação terá o imigrante de origem alemã com essa realidade, nesse período que culminou com a abolição oficial da escravidão, cujas marcas formatam as relações entre as classes na sociedade brasileira ainda hoje? Diante do risco de ser tragado pelo “moinho de gastar gente” em ação nessa sociedade marcada pelo trabalho escravo e pelos privilégios dos mais ricos, o imigrante alemão teve a vantagem simbólica da branquitude como via de escape.

Palavras-chave: imigração alemã; branquitude; racismo; escravidão.

THE THOSE WHO CAME TO BRANCH BRAZIL: THE MILL TO SPEND PEOPLE AND GERMAN IMMIGRATION IN THE 19TH CENTURY

Abstract: An introductory study about the immigration of German speaking people to Brazil during the nineteenth century, in a context where their coming was valued by theorists like Nina Rodrigues as those who would save Brazil from its destiny of becoming a black nation. Black and Indian races and miscegenation were viewed as the cause for the backwardness of the country. Manoel Bomfim, in the turn of the century, describes a relation of parasitism exercised by a dominant class which doesn't want to have expenses but only profits, in a society where in the deepest layer is the enslaved negro. What relationship will have the German immigrant with this reality, in this period which culminated with the official abolition of slavery though its marks still shape the relationship between social classes in Brazil? Facing the risk of being swallowed by the “mill of wearing people”, the immigrant of German origin had a symbolic advantage of the whiteness as a way of scape.

Key-words: german immigration; whiteness; racism; slavery.

CEUX QUI SONT VENUS DE BRANCHER LE BRÉSIL: LE MOULIN DE PASSER LES PERSONNES ET L'IMMIGRATION ALLEMANDE AU XIX^e SIÈCLE

Résumé: Une étude préliminaire sur l'immigration des personnes de langue allemande au Brésil du XIX^e siècle, dans un contexte où sa venue a été évaluée par Nina Rodrigues comme ce que va livrer le Brésil de sa destination d'être une nation noire. Les races noires et indiennes et le métis étaient considérés comme cause de l'arriération du pays; Manoel Bomfim, a le passage du siècle, décrit les maux de la société brésilienne comme liée au parasitisme exercé par une classe dirigeante qui ne veut pas avoir des dépenses, seulement des profits, dans une société où la couche la plus profonde est l'esclave noir. Quel sera le rapport de l'immigrant d'origine

¹ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia - Universidade Federal Fluminense



allemande avec cette réalité, dans cette période qui a culminé avec l'abolition officielle de l'esclavage, en laissant des traces qui sont perpétuées jusque aujourd'hui dans la société brésilienne? Face au risque d'être englouti par le « moulin pour passer le gens » dans une société marquée par l'esclavage et les privilèges des plus riches, l'immigrant avait l'avantage symbolique de sa blancheur comme un moyen d'évasion.

Mots-clés: immigration allemande; blancheur; racisme; esclavage.

LOS QUE VIENE PARA BLANQUEAR EL BRASIL: EL MOINHO DE GASTAR GENTE Y LA INMIGRACIÓN ALEMÁ EN EL SIGLO XIX

Resumen: Un estudio introductorio sobre inmigración de pueblos de lengua alemana para el Brasil del siglo XIX, en un contexto en que su venida era valorada por teóricos como Nina Rodrigues como los que iban a salvar a Brasil de su destino de nación negra. Las razas negra e india y el mestizaje eran vistas como causa del retraso del país; Manoel Bomfim, en el pasaje del siglo, describe los males de la sociedad brasileña como relacionados al parasitismo ejercido por una clase dominante que no quiere tener gastos, sino sólo ganancias, en una sociedad en cuya capa más profunda está el negro esclavizado. ¿Qué relación tendrá el inmigrante de origen alemán con esa realidad, en ese período que culminó con la abolición oficial de la esclavitud, dejando marcas que se perpetuaron hasta hoy en la sociedad brasileña? Ante el riesgo de ser tragado por el "molino de gastar gente" en acción en esa sociedad marcada por el trabajo esclavo y por los privilegios de los más ricos, el inmigrante tuvo la ventaja simbólica de la blanquitud como vía de escape.

Palabras-claves: inmigración alemana; blanquitud; racismo; esclavitud.

O racismo no Brasil não é um problema dos negros ou dos afrodescendentes apenas, mas também dos brancos, pois os efeitos nefastos das práticas racistas atingem a todos. A impressionante desigualdade de renda no Brasil é também desigualdade racial, o que significa dizer que o racismo é uma de suas causas. Impressionante igualmente é o silenciamento sobre essa questão, até recentemente. A adoção de cotas raciais nas universidades teve, além de outros méritos, o de acender essa a discussão no país. Não podemos negar que a universidade brasileira, especialmente as melhores universidades incluindo as universidades públicas são brancas, ou reservadas para aqueles que assim são considerados, já que esse critério no Brasil é sempre mais elástico que em outros países. Muitos brasileiros se consideram brancos e descobrem, ao visitar ou morar nos Estados Unidos ou na Europa, que lá são vistos como negros, árabes, latinos ...

O fato de a universidade pública ser branca, mesmo que reconhecido por muitos, não é algo que tenha merecido até a adoção das cotas, muita discussão. É como se nada tivesse a ver com práticas que ali se desenvolvem diariamente. Com frequência, a predominância branca na universidade é vista como uma herança indesejável de um tempo remoto, o da escravidão, com o qual a nova geração de alunos e professores nada



tem a ver. Já foi dito que no Brasil, quase todos consideram que há racismo, mas ninguém se considera racista e isso parece ocorrer também na Universidade.

Outra questão que merece discussão é a de porque o branco se sente alheio à discussão sobre o racismo. Ou como chega a considerar que essa discussão não lhe pertence. Uma das facetas do racismo é justamente essa, a de deixar de reconhecer a participação efetiva dos brancos na manutenção de seus privilégios (Bastos, 2016). Ser branco no Brasil é também silenciar sobre algumas descendências nas famílias, em geral a descendência negra ou indígena, privilegiando e até enaltecendo a descendência europeia, como é o caso da descendência alemã, mesmo se se trata de um único antepassado com essa origem numa família onde outros ramos têm descendência não europeia. Os sobrenomes estrangeiros são cultivados com orgulho. Com frequência, alguém que se chama João Schmidt de Souza vai preferir assinar “João Schmidt” ou ser chamado “Seu ou doutor Schmidt”.

Sabemos que a vinda de imigrantes europeus para o Brasil vinculou-se a um anseio do estado brasileiro de branquear a raça. Não tendo havido nenhum empenho, nenhuma política pública para inserir o ex-escravo na produção, havia, segundo se propalava, “escassez de braços” para o trabalho. O anseio pelo branqueamento do país é explicitado enfaticamente por teóricos da questão brasileira, em especial aqueles da segunda metade do século XIX até o início do século XX. A inferioridade da raça negra e também da indígena é exaustivamente abordada por Nina Rodrigues, cuja obra tomaremos como exemplar privilegiado desse discurso. Os autores oscilam entre o negro e o índio como o grupo étnico com piores características. A miscigenação é demonizada, e o caboclo, o mulato e o mameluco surgem como resultado dessa indesejável mistura, para alguns autores atenuada a depender da quantidade de “sangue” branco que predominem. O caboclo do norte do Brasil é descrito como indolente e pouco inteligente por Oliveira Viana; Monteiro Lobato verá também no caipira do vale do Rio Paraíba essas características negativas, ao criar o Jeca Tatu, ainda que a partir de 1931 reveja essa visão. (Leite, 2007, p. 3884).

A função do discurso racista, pretensamente científico, do fim do século XIX é de justificar a escravidão. Nina Rodrigues considera “natural” que povos superiores escravizem inferiores, e cita inclusive um comerciante de escravos africano que lamenta a proibição do tráfico vendo-a como desorganizadora da sociedade africana. Em seu livro “Os africanos no Brasil”, Nina Rodrigues se refere, no capítulo denominado “Os



últimos africanos”, aos escravos vindos da África e que já velhos e cansados, faziam parte da paisagem da Salvador de sua época. Nina Rodrigues se refere a um africano idoso que “estacionava” (a insensibilidade do termo é chocante!) todos os dias à frente da loja onde fora escravo; se refere também a outro grupo de escravos libertos, de cabelos brancos, que empreende uma fracassada viagem de retorno à África e morre numa epidemia no barco que os levava. Os relatos de Nina Rodrigues revelam certa ambiguidade, pois se por um lado se constituem num raro documento sobre esse período e sobre a presença dos africanos no Brasil, mencionando minuciosamente as diversas regiões da África das quais provinham, descrevendo e lamentando a extinção de suas línguas sem que ninguém as tenha estudado, por outro não perde a oportunidade de afirmar a inferioridade genética dos negros e sua impossibilidade de se igualar aos brancos. Suas detalhadas descrições sobre a diversidade cultural e linguística dos africanos trazidos para o Brasil como escravos, sua defesa da liberdade de manifestação religiosa dos negros e sua pesquisa histórica sobre o Quilombo dos Palmares são, no entanto, fontes importantes.

Características psicológicas e cognitivas desfavoráveis são associadas por esses ideólogos à raça, e para eles a solução é o branqueamento da sociedade pela imigração. Os índios também são por vezes descritos de forma talvez mais negativa, como menos capazes que o negro de se adaptar “à civilização”. Para alguns desses teóricos, o branqueamento da população brasileira ocorreria “por si só”, pela seleção natural, e para isso apostavam na diminuição da população negra e índia, cuja fonte, estaria “estancada” com o fim do tráfico de escravos e o “desaparecimento” progressivo dos indígenas .

Sabe-se que, na mestiçagem, a seleção natural ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. Os mananciais negros e caboclos estão estancados, ao passo que a imigração portuguesa perdura e a ela vieram juntar-se a italiana e a alemã. O futuro povo brasileiro será uma mescla áfrico-indiana e **latino-germânica, provavelmente, se perdurar, como é provável, a imigração alemã.**² (Rodrigues, 1894, p. 612).

² Os grifos são meus.



Raramente é mencionada, nos textos dessa época, a relação de tal diminuição com o extermínio histórico perpetrado contra os índios desde o início da colonização, ou com os maus tratos infringidos aos negros durante a escravidão, que diminuiriam a quantidade de nascimentos na população negra e elevaram as taxas de mortalidade³. Esse curioso processo espontâneo de branqueamento, decorrido da diminuição dos “mananciais” dessas raças, se daria, se nos lembrarmos que o ponto de partida de sua teoria é a “seleção natural,” por sua própria inferioridade. Oliveira Viana é outro ideólogo que enfatiza como saída para o Brasil a imigração europeia, que considera em alguns casos com difícil ou impossível, principalmente para os estados do Norte do Brasil, pois os europeus pereceriam no clima tropical. Viana chega quase ao delírio ao supor que o bandeirante Fernão Dias Paes Leme era um homem “agigantado e louro”. (Leite, 2007, p. 2844). Por outro lado, suas conclusões são depressivas, por não ver saídas para o país. Muitos são os teóricos da depressão, que ao longo da história e ainda hoje se lamentam das más qualidades do povo brasileiro, de seu clima, da inferioridade racial que o constitui. Foi preciso que tivéssemos no fim do século XX um presidente nordestino e operário para que pudéssemos contar com o conceito de “complexo de vira-lata”, uma importante pista a ser seguida para compreender melhor esse discurso tão recorrente, de lamentação sobre o Brasil.

E a educação? Seria através da educação que essa sub-raça teria alguma condição de se nivelar ao branco? É em suas reflexões sobre a educação infantil que aparece uma das versões mais cruéis dessas teorias ditas “científicas” e pseudo-darwinistas sobre a inferioridade racial, atualizadas hoje pelo discurso de tolerância zero estadunidense, que elabora teorizações sobre a inferioridade intelectual dos mais pobres em pleno século XXI:⁴

Como todas as crianças das raças inferiores ou atrasadas, [...] o desenvolvimento prematuro é uma necessidade, o homem não tem lazer para se demorar na infância; mas a inteligência deles é tão limitada quanto pronta em amadurecer. Segundo afirma o Tenente Walpole, os pequenos havaianos educados nas escolas inglesas mostram a princípio uma excelente memória, mas

³ Sylvio Romero é autor que no mesmo período se refere aos trabalhos forçados da escravidão como motivo para a diminuição da população negra no século XIX. “A peste e as guerras fizeram aos índios o que os trabalhos forçados fizeram aos africanos.”(Sylvio Romero, Apud Rodrigues, 1894, p. 648)

⁴ O psicólogo de Harvard Richard Herrnstein é autor do livro *The Bell Curve: “Intelligence and Class Structure in American Life”*, que sustenta que as desigualdades raciais e de classe na América refletem as diferenças individuais de capacidade cognitiva (Wacquant, 1999, p. 15).



a instrução superior lhes é inacessível. Assim também, os meninos neozelandeses a princípio são mais inteligentes do que os pequenos ingleses, mas raramente são susceptíveis de uma cultura elevada. (Rodrigues, 1894, p. 113).

Nina Rodrigues segue afirmando, em concordância com esses outros “educadores” da colonização, dessa vez ingleses, em outras partes do mundo, que o negro e o índio brasileiros nem pela educação se podem civilizar, ou que sua inteligência e capacidade de aprender podem ser surpreendentes no início, mas logo frustrarão. E não é isso mesmo que se passa em nossas escolas, em especial no sistema dito socioeducativo, um sistema em que nenhuma educação se passa, a não ser aquela que visa a submissão e a confirmação do rótulo de “fracassado escolar” e delinquente no jovem pobre? (Batista, 2003). Muitos educadores logo desistem da educação de nossos jovens, e muitos atribuem a causa do fracasso escolar à características inerentes a eles e não ao fracasso de sua própria prática. Estão aqui lançadas as bases de nosso sistema educacional, sobre o qual Darcy Ribeiro não deixou de avisar: “o fracasso da educação no Brasil é um projeto político”.

As teorizações de Nina Rodrigues e de seus discípulos influenciarão gerações de ideólogos do racismo entre nós: os índios são desadaptados e incivilizáveis; o melhor é que fiquem entregues à solidão das matas pois com eles fracassam todas as missões educativas. Em contato com a civilização, os negros se adaptam e sobrevivem, os índios não. O desaparecimento dos índios não merece maiores considerações explicativas desses autores, nem a diminuição da população escrava na segunda metade do século XIX, ainda que uma quantidade impressionante de negros escravizados tenha aqui aportado mesmo após a proibição do tráfico em 1850. As explicações sobre esse fenômeno dizem respeito à essa sua incapacidade para se adaptar à “civilização superior”. Esse pensamento é justificado por uma apropriação indevida da teoria de Darwin da seleção natural e sua aplicação na elaboração de justificativas para a escravidão. Os negros desaparecerão porque são espécies inferiores e é natural que desapareçam. Pobre Darwin! Exclama Manoel Bomfim, autor que no início do século XX se constitui numa “ilha” divergente nesse mar de teorias que explicavam o Brasil a partir da inferioridade de seu povo. Referindo-se às cartas de Darwin, nos traz esse depoimento sobre o que Darwin pensava da escravidão em sua vinda ao Brasil:



Em suas cartas [Darwin] responde a um interlocutor que lhe dissera que mudaria de opinião sobre a escravidão depois que a conhecesse de perto: “A única modificação que em mim se deu, que eu saiba, é que estimo muito mais o caráter do negro. É impossível ver um negro sem sentir-se a gente atraída para ele. Têm fisionomias alegres, francas, honestas, o corpo soberbamente musculoso. Nunca pude olhar um desses enfezados portugueses, com o seu aspecto sanguinário, sem desejar, por assim dizer, que o Brasil siga o exemplo do Haiti”... (Bomfim, 1903, p. 4567)

Os africanos também estariam diminuindo em número e o Brasil em breve seria uma nação branca, para isso contribuindo em imigração europeia. No discursos desses ideólogos do branqueamento, que não olhavam para o país em que viviam, nem para si próprios, pois tanto Nina Rodrigues quanto Oliveira Viana foram descritos como mestiços, a imigração europeia é vista como monumental, e isso corresponde muito mais aos seus desejos do que à realidade dos números. O sul do país é referido por esses ideólogos como exclusivamente colonizado por europeus, o que nunca correspondeu à realidade.

Nós que lemos essas ideias hoje, no século XXI, não deixamos de nos surpreender com sua macabra pertinência aos dias atuais, já que presenciamos a continuidade do extermínio das populações índia e negra. No caso da população negra, esse processo se liga fundamentalmente à criminalização. O extermínio dessas populações é apenas uma continuidade de práticas longamente e firmemente alicerçadas em nosso país. Os alicerces desse discurso da criminalização dos negros, índios e mestiços estão, desde o século XIX fortemente fincados em nosso solo, e é com esse olhar que vão se construir a república e suas instituições, como o judiciário e a polícia. Nina Rodrigues adverte que o crime vicejará entre nós, e a hoje terceira população carcerária do mundo (Agência Brasil, 2017) confirma essa triste profecia, que vemos como resultado dessas históricas políticas discriminatórias do estado brasileiro.

Em tal país, o germen da criminalidade – fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estigma infamante da escravidão recentemente extinta, pela consciência geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas fundadas no livre arbítrio –, semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, **há de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente.** (Rodrigues, 1894, p. 1254)

Esse discurso que pensa a inferioridade racial do povo brasileiro, baseado numa ciência hoje já desautorizada, irá cair em desuso, mas não seu conteúdo, que irá sempre



ressurgir a partir de pressupostos modernizados e apoiados noutras bases teóricas. Podemos considerar o discurso de Nina Rodrigues como modelar, no que diz respeito à produzir uma justificativa teórica para a escravidão. É essa instituição e as marcas subjetivas por ela deixadas que permite compreender, ainda hoje, as relações entre as classes no Brasil. Neste sentido estamos de acordo com Joaquim Nabuco (1883) em sua célebre profecia de que a abolição não poria fim à escravidão, pois ela permaneceria como marca, de tal forma alicerçada estava, na sociedade brasileira. Modos de funcionar construídos na e pela escravidão, como um complexo sistema de privilégios e de submissão entranhados na sociedade, iriam ter continuidade, mais de um século depois da abolição oficial: “quando queremos nos livrar desse mal sem abalo, não o podemos. Ele tem a idade de nosso país: nascemos com ele, vivemos dele.” (Nabuco, 1870, p. 32)

Inconscientes ou não dessa sua missão de branquear o país, os imigrantes tiveram seus próprios motivos para cruzar o Atlântico. O período escolhido para esse nosso breve estudo sobre a imigração alemã é aquele que coincide com o custoso e inacabado processo de abolição da escravidão, contemporâneo também do insistente discurso do branqueamento e da inferioridade do negro, do índio e do mestiço, explicitado por nossos intelectuais do século XIX, bacharéis, médicos, alguns pertencentes à grandes famílias de latifundiário e que estudaram no exterior.

Nesse período pioneiro da imigração, que vai desde 1823 até o fim do século XIX ainda não estava difundido o discurso da superioridade étnica dos alemães, que será característico da instalação da república de Weimar, após a primeira guerra mundial e que acabou se tornar hegemônico durante o regime nazista a partir de 1933. Baseamo-nos principalmente na obra de Emílio Willems “A aculturação dos alemães no Brasil”, ainda hoje considerada a mais completa sobre o assunto, embora sua primeira edição tenha sido publicada em 1946. A escassez de bibliografia sobre o assunto é notória e uma parte dela é constituída de narrativas heroicas e apologéticas feitas por descendentes de alemães, abordando a imigração do século XX, que acreditamos ter tido causas e características diferentes. Interessam-nos as contradições, os conflitos ocorridos durante processo de imigração, que foi contemporâneo da abolição da escravidão e da proclamação da república. É sabido que esses dois acontecimentos não tiveram o impacto transformador que seria necessário para de fato modernizar e democratizar nosso país.



Movemo-nos no campo dos afetos, das fantasias, quando queremos encontrar as razões para a imigração: os que vinham tinham por vezes uma visão fantástica sobre uma terra na qual seriam livres e prósperos, enquanto alguns dos que aqui estavam associavam sua vinda à salvação do país de seu destino de nação negra. Quais as relações que de fato se estabeleceram entre esses povos, cuja vinda trazia tantos sonhos de branquear o Brasil, com a realidade do país nessa época? Essas são algumas das questões que procuraremos explorar neste artigo, sem a pretensão de esgotá-las.

Não se pode falar, em meados do século XIX, de uma nacionalidade alemã ou uma unidade cultural esses imigrantes. Eles são oriundos de diversas regiões da Europa, que não correspondem aos países hoje existentes. São provenientes de diferentes regiões da atual Alemanha: do norte (Hamburgo e Meclemburgo) da Alemanha ocidental (Hunsruck) e do sul (Westfalia); de regiões da antiga Prússia, da Austria e da Suíça de língua alemã. Há também teuto-russos do Volga. São oriundos do campo e da cidade. Como vieram antes da unificação da Alemanha, muitos consideravam-se mutuamente estrangeiros no momento de sua vinda, embora falassem a mesma língua. Conforme relata Willems, “perguntado se era alemão, um teuto-brasileiro do Espírito Santo costumava responder em seu dialeto que não era alemão, mas Hunsbuckler” (Willems, 1980, p. 39). Em algumas localidades do Rio Grande do Sul exibia-se a bandeira de Oldemburgo, que ficava na Prússia.

As instabilidades políticas e econômicas ocorridas em todo o século XIX na Europa ocasionaram a saída de contingentes importantes de sua população para o novo mundo, na chamada “diáspora transatlântica europeia” (Moreira, 2013, p. 40). Eles deixaram uma região em processo de mudança e por causa dessas mudanças. Se comparada à imigração alemã para os Estados Unidos, os números dessa imigração para o Brasil são modestos. As estatísticas divergem entre si, mas numa delas dá-se conta de que entre 1830 e 1884 entraram no Brasil 71 241 indivíduos dessa origem (Willems, 1980, p. 41), enquanto que nos Estados Unidos, somente no ano de 1882 foram 250000 indivíduos. O governo imperial brasileiro havia elaborado uma política imigratória que incluía doação e arrendamento de terras e em alguns casos o pagamento de um salário que sustentaria as famílias nos primeiros tempos. Havia também interesses comerciais no próprio país de origem no incentivo a imigração, com a venda de terras e custeio das viagens. Alguns fazendeiros endividados, acostumados ao trabalho escravo e ao latifúndio também acharam conveniente vender lotes de terras a imigrantes.



A propaganda pró imigração difundia uma visão paradisíaca do Brasil, exótica e sedutora. Algumas cartas de imigrantes a parentes longínquos contribuíam para essa visão romântica: “Habitamos um lugar que não se poderia imaginar melhor e mais belo, de maneira que ninguém dos nossos sente saudades da Alemanha [...] vivemos num país que se assemelha ao paraíso”⁵ (Willems, p. 31).

“Adeus, ó pátria.
Partimos para outras plagas.
Partimos para o Brasil.
Só as dívidas deixamos aqui.
Procuramos novas paragens.
Onde há ouro como areia”. (Willems, p. 36)

Como prova do sucesso da empreitada de vinda para ao Brasil, muitos se deixavam fotografar montados a cavalo, símbolo de status no país de origem e enviavam a foto aos parentes na Europa.

Mas outros relatos divergem radicalmente dessa visão paradisíaca:

Estes colonos viajavam a bordo de um dos vapores da antiga sociedade Jacuí, provavelmente no Cachoeira, que subia pela primeira vez o alto Jacuí. Por isso o governo pôs à disposição da sociedade um prático, Manuel Xavier Cardoso, bom conhecedor do rio. Os colonos foram logrados, pois lhes haviam dito que seriam desembarcados em Santa Cruz, para onde eram destinados. Quando chegaram às imediações de Rio Pardo, disseram-lhes que devido à cheia do Jacuí era necessário prosseguir viagem. Chegando a Serro Chato, onde havia um vau no rio e onde deviam desembarcar, os colonos se opuseram e tentaram resistir. Mas a tripulação do vapor forçou-os a desembarcar. Um espetáculo confrangedor se desenrolou. Quase loucos de pavor, colocados repentinamente numa solidão completa, aterrados pela mata virgem interminável e pelo rugir das onças, os colonos queriam voltar ao vapor. A tripulação lutava com eles enquanto o vapor se afastava entregando-os ao seu último destino. Do vau até o barracão os colonos foram transportados em carroças. Isso se deu em novembro de 1857. Cinquenta anos depois os filhos e netos desses colonos festejaram o cinquentenário de fundação de Santo Ângelo [...]. (Willems, 1980, p.63)

E para completar, os colonos foram atacados por índios, o “vizinho” mais próximo que tinham naquelas matas e que entrará em competição com o imigrante, pois vinha sendo expulso de suas terras há mais tempo. Muito há que se pesquisar sobre

⁵ Carta escrita em 1826 por um certo Peter Paul Muller, morador de São Leopoldo, RS. Willems, p. 31.



essas relações, do imigrante com o índio, habitante daquelas terras, muitas vezes descritas como desabitadas...

Acompanhando Joaquim Nabuco, e mais recentemente, Jessé Souza (2017), penso que a organização social brasileira é fundamentalmente herdeira da escravidão. É a escravidão que fornece a “fôrma” ou o padrão que organizará a relação entre as classes sociais no Brasil. Os imigrantes tiveram seus próprios motivos para vir ao país, ligados às condições econômicas e sociais europeias. Estavam sendo literalmente expulsos por guerras, fome e desemprego. Os motivos da vinda estão ligados à oferta de vantagens no novo país, que somente em parte se concretizaram. Mas eles também tiveram que entrar nessa “fôrma”.

Uma parte desses imigrantes se compunha de camponeses que tinham como estímulo a possibilidade de se tornarem proprietários de terra, pois a pequena propriedade estava ameaçada na Europa, à medida que o capitalismo se implantava. A revolução de 1848 e seus desdobramentos na Alemanha fez com que muitos pequenos agricultores perdessem suas propriedades. Eles pagavam impostos escorchantes e tinham ido à falência. Outros explicitamente recusavam-se a se tornar operários e viam na imigração essa possibilidade. Para Willems abundância de terras no Brasil permitiu a sobrevivência no Brasil da antiga “família tronco” do campo europeu, aquela em que somente o primogênito herda a propriedade do pai e os outros irmãos devem sair em busca de outras terras e outras formas de ganhar a vida. Na Europa isso levou a muitos conflitos familiares e ao empobrecimento, pois não havia terras ou oportunidades disponíveis para os membros da família que não herdavam. As condições da imigração no Brasil tornavam mais viável o fortalecimento desses grandes grupos familiares nas colônias e os imigrantes dessas primeiras levas tiveram grande número de filhos. Os que vieram das cidades eram pequenos comerciantes e artesãos, alfaiates, sapateiros, serralheiros, relojoeiros, ourives, carpinteiros, marceneiros e alguns professores oriundos das cidades. Entre esses trabalhadores alguns estariam envolvidos em lutas pelos direitos dos trabalhadores e influenciados pelas ideias marxistas. Derrotados na Europa, a vinda para ao novo mundo poderia ser uma chance de fazer valer essas ideias políticas.

As promessas do governo brasileiro e dos intermediários que lucravam com a organização dessas viagens de imigração diziam respeito à fertilidade e à abundância da terra e ao apoio financeiro do governo que receberiam nos primeiros tempos. Tal apoio



se revelou insuficiente ou de todo inexistente. A Câmara Federal construiu uma campanha contra o que era chamado de “perigo alemão”, no período em que se deu, na Europa, a vitória da Prússia sobre a França em 1871, possivelmente orquestrada por latifundiários, que não desejavam a modernização do campo. Os chamados “nativistas” pretendem barrar as conquistas dos colonos e havia funcionários do governo que professavam o ódio ao estrangeiro, como parece ter sido o caso de um certo inspetor geral das colônias provinciais, em 1861.

Respaldados por esse clima, em 1871 parlamentares votaram a suspensão da ajuda financeira que fora prometida aos imigrantes. Willems faz uma diferenciação entre a imigração como política do estado imperial e a imigração para venda de terras, onde o lucro era finalidade. Os primeiros sofreram as oscilações da política pública a eles dirigida, como vimos; os segundos por vezes contaram com as promessas nem sempre cumpridas de estradas e igrejas que haveria próximas às propriedades, feitas por vendedores de terra particulares. Aqueles que vieram no século XIX, em especial no início, enfrentavam exaustiva viagem, na qual alguns morriam e adoeciam. Uma das grandes queixas era o tempo que ficavam parados em portos aguardando que os levassem ao destino prometido. Havia entre os imigrantes os chamados “desajustados”, que não “mantinham a linha” quanto ao comportamento esperado de um Europeu, e eram criticados pelos demais, que chegam a se alegrar que a revolução Farroupilha tenha eliminado a maioria desses “maus elementos”. É certo que alguns eram de fato presos condenados e expatriados. Algumas pitorescas descrições aparecem, como a de um certo “Henrique perna da pau, aleijado, vagabundo e mendigo, vivia de expedientes. Amasiara-se com uma escrava que o sustentava [...]. Abrasileirado. Morava em Pelotas. (Willems, p. 1980, 55)

Segundo Willems, comunidade alemã não foi capaz de estabelecer no Brasil laços fortes entre si, dada a sua heterogeneidade, se comparada à italiana por exemplo. As guerras ocorridas no Rio Grande do Sul (a revolução Farroupilha, de 1835 -1845 e a revolução de 1893) levou a que parte desses imigrantes inicialmente radicados no Rio Grande do Sul, fosse para Santa Catarina ou para o Paraná, ainda no século XIX. Alguns se alistaram na guerra do Paraguai como meio de sobrevivência. Mais tarde aparecerão desavenças também entre os pioneiros já aclimatados e imigrantes que vieram depois das duas guerras mundiais, no século XX. Mais cultos, eles criticarão o



abrasileiramento dos primeiros colonos e serão também criticados por estes, por sua incapacidade para o trabalho duro.

Podemos descrever a experiência desses imigrantes como de forte desterritorialização⁶. Bebida em excesso; suicídios, não eram incomuns nesses primeiros tempos, assim como as mortes nas epidemias, como a de tifo. Os hábitos de higiene eram diversos, pois costumavam tomar banho uma vez por semana conforme o costume europeu; sofriam muito com picadas de mosquitos e com o sol e estavam totalmente desadaptados à abundância da mata Atlântica existente no Brasil da época. Em 1856 a mortalidade é elevada entre os imigrantes, em especial entre crianças, em D. Francisca, futura Joinville. Há o relato de que entre alemães repatriados em 1927, havia 23 loucos (Willems, 1980, p.65).

As condições em que seu deu a imigração nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, a extensão territorial brasileira e ida desses imigrantes para regiões de baixa densidade demográfica, levou a um relativo isolamento desses grupos. Mas era de tal ordem o isolamento, que se dava inclusive entre os próprios imigrantes. O vizinho mais próximo estava a vários quilômetros e podia ser nos primeiros tempos um índio ou caboclo, ou ainda um outro imigrante considerado por aquele como estrangeiro, apesar de também falar alemão. “Na mata virgem, o melhor era não ter vizinho nenhum” diziam eles. (Willems, 1980, p. 86) Pela ausência de escolas públicas nessas regiões, os imigrantes tinham duas opções – deixar que seus filhos fossem analfabetos, o que ocorreu em muitos casos, ou criar escolas alemãs particulares, muitas vezes ligadas às igrejas. Os mais pobres não podiam pagar escola para os filhos, então o destino dessas crianças era o de se tornarem analfabetos, ainda que os pais não o fossem. Porém havia entre esses primeiros imigrados os que já eram analfabetos quando vieram, como os da Pomerânia, região servil da antiga Prússia. Paradoxalmente, os imigrantes serão mais tarde cobrados por só falarem alemão, quando o estado não dispunha de uma rede escolar que pudesse ser fator de aculturação dessa população. Numa comparação entre o processo de aculturação dos alemães católicos e protestantes, vemos que os protestantes faziam uma relação entre religião e

⁶ Deleuze e Guattari descrevem o conceito de desterritorialização, diferenciando-se de dois outros conceitos, o de territorialização e o de reterritorialização. Os três conceitos descrevem os fluxos da produção desejante no capitalismo. O movimento de desterritorialização pode também ser visto numa dimensão positiva, como um desenraizamento criador de novas formas de vida, o que por certo ocorreu também no caso da imigração.



preservação da língua e das tradições germânicas. Falar alemão era manter a tradição e a resistência ao abasileiramento, visto nessa perspectiva um mal ou uma perda de valores e costumes. Os pastores e ministros luteranos eram com frequência alemães e havia entre eles a finalidade explícita de preservar a língua e os costumes germânicos. Já entre os alemães católicos e apesar de grande número de descendentes de alemães terem se tornado padres e freiras, era justamente o seminário ou convento que facilitava o aprendizado do português e a integração ao novo país. Não havia relação entre catolicismo e a preservação do germanismo.

No século XIX o mestiço que habitava aquelas terras sulinas, o caboclo descendente de índios, o ex-escravo, e os brancos de origem portuguesa, Açoriana em muitos casos, serão os vizinhos das primeiras gerações de imigrantes. Eles querem se diferenciar do caboclo, visto por eles como inculto e atrasado. E também não querem, é óbvio, se tornar escravos. As condições de trabalho semelhantes às da escravidão vividas por esses imigrantes na região do café em São Paulo chegaram a levar à proibição da imigração para o Brasil por parte do governo da Prússia em 1859, que mais tarde foi levantada para outras regiões do Brasil, permanecendo apenas para aquele estado. A corrente imigratória desviou-se, então, para o sul. Os padrões xenófobos e o desprezo pelo trabalho manual desempenhado pelos imigrantes, a ameaça a padrões anteriores de relações de trabalho estabelecidos nas regiões para onde se dirigiram foram fonte de conflito.

“A sociedade escravocrata tentou integrar na sua organização imigrantes livres [...] o que lhes provocava como reação a revolta, a deserção, a resistência passiva, a desobediência e o abandono”. Os imigrantes portugueses e italianos se adaptavam melhor do que os alemães, que se recusavam a trabalhar, depredavam cafezais, fugiam das fazendas ou revoltam-se, como o correu no Estado do Rio, nas localidades de Santa Justa, Independência e Santa Rosa, segundo um dos relatos, “depois de 9 anos de servidão”. (Willems, 1980, p. 80) Em São Paulo havia parceria com o caboclo derrubava a mata e o imigrante cultivava. Porém não havia no Rio Grande do Sul população cabocla numerosa, então nos primeiros tempos esses imigrantes com frequência derrubavam eles mesmo a mata e trabalhavam na construção de estradas, mais do que na lavoura, já que isolados não podiam comercializar seus produtos. É relatada, por outro lado, a perda de conhecimentos técnicos de agricultura que tinham alguns desses imigrantes no momento sua vinda. Pela falta de oportunidade de usá-los



na nova terra, deixam de fazer a agricultura intensiva a que estavam acostumados em sua terra de origem. Vão passar a plantar menos pela falta de meios para comercializar seus produtos – de estradas e meios de transporte. Eles passam a praticar, tal como o caboclo, uma agricultura rudimentar e baseada na queimada e no desmatamento, ainda que no país de origem praticassem técnicas agrícolas mais modernas . Vão se “caboclar”, termo utilizado por Willems, ao terem tal como o caboclo, filhos analfabetos e descalços e que em pouco tempo não mais falarão a língua dos seus pais e em relação a eles, terão aparentemente piorado de vida. O termo “xuntament” (Willems, 1980, p. 255), palavra misto de alemão e português, designa no Espírito Santo a organização coletiva para derrubar a mata e construir uma estrada. Willems pensa que essa prática surge no Brasil, graças às duras condições que eles enfrentam; não são trazidas da Europa no período pioneiro do século XIX, quando os camponeses europeus ainda não se organizavam em cooperativas. (Willems, 1980, p. 82).

Qual a relação dos imigrantes de língua alemã com os escravos ou libertos, já que a abolição somente se deu em 1888? Há notícia de colônias alemãs que proibiam a introdução do “trabalhador servil⁷”. Havia também de legislação restritiva nesse sentido, por parte do governo, que não impediu que imigrantes fossem proprietários de escravos. Aparentemente, a colônia desejava empregar seus próprios braços, que eram abundantes, no trabalho remunerado. Escravidão e imigração pareciam ser polos opostos, soluções antitéticas, pois o que se quer, ao trazer o imigrante, é o trabalho assalariado. Mas em certas regiões, como a da cidade de Pelotas, havia um grande número de escravos, trabalhando nos curtumes e na lavoura. Willems menciona apenas o caboclo como o brasileiro “vizinho” do qual o colono queria se diferenciar, para não ocupar o degrau mais baixo e desvalorizado da sociedade que escolhera para viver. Há muitas referências ao “luso”, descendentes de portugueses, mas numa passagem se torna claro que esse “luso” estava miscigenado com o negro, e havia entre eles muitos mulatos.

Os imigrantes com grande razão, não querem se confundir com o caboclo, que vive nas piores condições de vida. Já sua relação com o ex-escravo não é abordada por Willems. Parece claro que os imigrantes não desejam ter as condições de vida do povo

⁷ O doutor Blumenau nunca admitiu que os colonos adquirissem escravos, mas a abolição atraiu alguns escravos libertos com suas famílias. Willems, p. 78.



brasileiro mais pobre numa sociedade dominada por latifundiários, “estancieiros”, como se diz no sul.

Numa versão heroica da história da imigração, o imigrante é descrito como o portador de uma cultura modernizante, avessa à escravidão. Entre os avanços trazidos por esses povos, além de relações de trabalho mais modernas e humanas, estaria também a situação da mulher, que gozava de um prestígio desconhecido nas famílias luso-brasileiras e católicas da época. A virgindade, por exemplo, não era tão valorizada como condição para o casamento. Mas há um capítulo a ser escrito sobre a relação desses imigrantes com a instituição da escravidão ainda vigente. Os imigrantes não foram somente explorados ou até escravizados como se quer sublinhar numa versão heroica, mas também escravizaram. Demonstrando que a raça ou a nacionalidade por si só não determina comportamentos, não estava embutido nos genes alemães ser favorável ao trabalho assalariado ou a condições de trabalho mais humanas e ser avesso à escravidão. A escravidão era um negócio muito lucrativo, como se sabe, e os alemães que se tornaram proprietários de curtumes e fábricas de calçados na próspera região de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, a mais antiga das colônias. Não se furtaram a empregar escravos e ex-escravos. Já havia passado a etapa das derrubadas de mata e do isolamento nas picadas, e a colônia de São Leopoldo se tornara próspera em meados do século XIX. A prosperidade trouxe com ela esse meio imbatível de acumulação de riqueza que foi a escravidão, imitando seus vizinhos “lusos” nesse aspecto. É o que narram Moreira e Mugge (2013) em seu interessante artigo sobre esse lado B da colaboração dos imigrantes com a escravização dos negros e o silenciamento sobre essa colaboração, ocorrida já depois de 1850. Em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, imigrantes se tornaram proprietários de escravos tardiamente, quando as lutas abolicionistas já ocorriam no país. Esses trabalhadores escravizados seguiram após a abolição em condições de trabalho ao que tudo indica precárias. Ainda que alforriados, muitos laços existiam com as famílias que serviram às vezes por toda vida, e eram demandados a realizar serviços, como cuidar de velhos, numa espécie de compensação pela alforria concedida. Numa prática curiosa, alguns recebiam o sobrenome do seu proprietário, como foi o caso do nagô Allgayer citado no artigo mencionado, que tem sua carta de alforria roubada. O caso é investigado pela polícia e percebe-se uma certa deferência com relação ao escravo liberto com sobrenome alemão. Mas há ainda um “ruidoso” silêncio sobre a vida da população negra nas colônias alemãs.



Com a república, tende-se a omitir a cor dos indivíduos nos documentos oficiais, já adotando a solução brasileira para o problema: a de silenciar sobre a raça e sobre tudo o que diz respeito à exploração dos afrodescendentes no país. O historiador que deseje investigar sobre a população de ex-escravos no período pós-abolição, tem grandes dificuldades, e deve recorrer aos processos criminais, nos quais a raça não é omitida (Moreira e Mugge, 2013).

Manoel Bomfim (1903), autor a que já nos referimos, traz no alvorecer do século XX uma visão que diverge das teorias que explicam o Brasil pela raça e inferioridade de seu povo. A novidade de sua obra permanece até hoje, pois poucas são as obras sociológicas ou de história do Brasil que dão aos efeitos do regime colonial de exploração o devido valor – para Bomfim um regime parasitário, em que um povo parasita o outro para dele extrair suas riquezas ao ponto de aniquilá-lo. Como surge a figura do caboclo, descendente de índios, tão atacada e criticada como indolente, incapaz de lutar, desanimado, mas nunca compreendido, a partir de suas condições de vida, e da exploração de um povo por outro – pelo português durante a colonização e mais tarde por seus descendentes já brasileiros, numa continuidade que a independência nem a república interromperia. Incluíamos também aqui condições vividas pelos africanos, também povos parasitados, para usar a expressão de Bomfim, sugados até à exaustão por outros povos. Bomfim descreve o Brasil como tendo várias camadas superpostas de sangue-sugas, sendo a camada do fundo formada pelos escravos e nas camadas intermediárias, os donos de terras e comerciantes da período colonial, proibidos pelo colonizador de comerciar com outros países de forma autônoma, devendo produzir para trazer lucro à metrópole e não para satisfazer as necessidades do povo. Essa condição nunca foi inteiramente rompida no Brasil: a de uma classe dominante cujos interesses estão fora do próprio país.

É esta a síntese da vida econômica colonial nos futuros novos países latino-americanos: “o senhor extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo o colono o que ele roubara do índio e do negro. Trabalhar, produzir, só o escravo o fazia”. (Bomfim, 2008, p. 1575). As classes dominantes brasileiras, formadas na e pela escravidão, herdeiras do regime colonial e preservando muitas de suas características, diz Bomfim, não quer ter despesas, somente lucros. Formaram-se nessas condições que se estabeleceram historicamente e não querem abrir mão desse seu modo de vida, de exploração do caboclo e do escravo e até



mesmo do imigrante. Spinoza menciona em sua obra o povo Turco, que em razão da prolongada e persistente dominação sofrida, vivia uma paz de escravo, de barbárie e de solidão. O filósofo que criou o conceito de multidão descreve aqui a possibilidade um estado de submissão quase absoluta que ocorreu com o povo turco e pode ocorrer na história dos povos. (Bove, 2010, p. 122).

É o moinho de gastar gente, descrito por Darcy Ribeiro (1995, p. 106) para se referir ao Brasil colônia, mas que continuou no tempo, ao meu ver caracterizando as relações de exploração da classe dominante brasileira sobre seu próprio povo, continuando as relações parasitárias estabelecidas na colonização. Quem for moído por esse moinho sentirá na pele quão difícil é ser trabalhador no Brasil, mas para os descendentes de imigrantes alemães, a vantagem de ser branco lhes permitiu com mais frequência escapar a essa moenda.

Na república, como já dissemos, tenta-se tornar invisível a questão racial no Brasil. A cotidiana exploração que os brancos ou branqueados exercem sobre os não brancos, que são a maioria, permanece em grande parte invisível para os brasileiros brancos e de maior renda, e em parte para os próprios explorados. Como ela se produz e se reproduz diante de nossos olhos e como a suportamos? Essas relações de parasitismo, para usar a expressão de Bomfim, essa convivência entre brancos e não brancos que têm vidas tão diferentes, numa sociedade rica como a brasileira, requer ainda muitos estudos.

As teorias racistas do fim do século XIX serviram como justificativa para essa a situação de extrema desigualdade quando ela se apresentou, de modo explosivo, no momento da abolição e no período que se seguiu. Não que não houvessem teóricos do racismo noutros países: o próprio Nina Rodrigues apoia-se na filosofia de Spencer. Porém as condições reinantes no Brasil no “período explosivo” a que nos referimos as tornam particularmente propícias. Essas ideias importadas aqui encontram as melhores condições de aclimação, e vicejam até hoje, modernizadas. Quando um psicólogo dos anos 1990 vai à favela e encontra ali “famílias desestruturadas” produtoras de delinquentes, torna as condições vividas pelos mais pobres determinantes na produção da delinquência, vendo-as como fruto de patologia não mais geneticamente determinada, mas produzida pela própria pobreza. (Rauter, 2011). Pobreza produz crime: eis o ponto de partida da visão que permite enxergar nas favelas a fonte de todo o mal. Temos que combater o crime! Como o faremos, se pergunta a elite branca ou



branqueada do século XXI? Combatendo não a pobreza, mas o pobre...E os pobres em nosso país são negros e mestiços.

Lembremo-nos das muitas formas de resistir à escravidão, como os Quilombos e o maior deles, Palmares, que tendo durado quase um século, demandou sucessivas intervenções militares por parte de governos para que chegasse ao fim. Lembremo-nos de Canudos e do Contestado, como dois episódios em que o “caboclo” se organizava buscando outros modos de vida fora das condições do latifúndio, apoiados em sistemas cooperativos ou ao menos, apoiados em outras relações de classe e outros modos de produzir que não aqueles consagrados pelo latifúndio. Esses movimentos foram implacavelmente reprimidos pelo estado brasileiro, insensível aos anseios dessa população. Exércitos fortemente armados dizimaram até mesmo mulheres e crianças que tinham se rendido em Canudos. Hoje assistimos, em níveis alarmantes, o extermínio de jovens negros, os primeiros a morrer nas sucessivas intervenções de combate ao crime em favelas e bairros pobres, o que coloca o Brasil entre os países com maiores índices de mortalidade por arma de fogo, maior do que nos dez maiores conflitos armados do mundo. Entre esses mortos, o número de negros e pardos sobe a 71% (Weiselfisz, 2012).

Diante de todos esses fatos, a ideia de uma “escravidão boa”, na qual há uma espécie de comunhão entre senhor e escravo, difundida pela obra de Gilberto Freire, parece hoje inteiramente anacrônica, embora tenha feito grande sucesso no mundo acadêmico, por tentar descrever o que se passava no interior da casa grande. Para Freire, brancos e negros pertencem a uma mesma cultura, comem as mesmas deliciosas iguarias, compartilham da mesma religião de matriz africana, gostam da mesma música. Ele mesmo oriundo de uma rica família de proprietários rurais do nordeste, faz descrições adocicadas do Brasil da escravidão, nas quais sobressaem alguns pontos principais: “a nobreza da vida dos senhores de engenho, a alegria dos escravos, a delícia da cozinha tradicional, os males e as deformações do progresso de século XX” (Leite, 2007, p. 3349). Freire chega a considerar, em sua dissertação de mestrado, que o escravo brasileiro vivia em melhores condições que o trabalhador europeu no século XIX. (Leite, p. 3331). Tudo em paz com a consciência do branco. Se há um homem cordial brasileiro, creio que essa cordialidade diz respeito a uma cumplicidade que se estabelece entre os pares brancos ao desfrutarem da boa vida propiciada pela exploração de classe reinante no Brasil. Mas o mais educado e cordial brasileiro pode se tornar um



feitor moderno ao tratar com seus empregados no recolhimento do seu lar ou com ou um guarda de trânsito não branco que lhe aplica uma multa, numa transformação reveladora da sobrevivência das relações de escravidão entre nós. Escravos e mais tarde empregadas assalariadas ou não, como é o caso daquelas mulheres referidas pela expressão “foi criada lá em casa”, formaram e ainda formam parte da paisagem dos lares brasileiros brancos. Todas essas instituições, tão conhecidas, mas pouco mencionadas e estudadas em seus efeitos, construíram essa espantosa desigualdade que possui um componente racial inequívoco no Brasil.

Ainda que o caldeirão onde foram despejados os imigrantes alemães seja o mesmo em que foram os escravos, índios e seus descendentes, o fato de serem brancos facilita, mas não garante, a possibilidade de que estes possam emergir desse caldeirão sem serem ali cozidos, ainda que alguns tenham “submergido⁸” e até se tornado verdadeiros escravos brancos e permanecido tão descalços e analfabetos quanto os ex-escravos ou caboclos.

O desprezo que as classes dominantes brasileiras devotavam e ainda devotam ao trabalhador atingiu também de raspão, o imigrante europeu, porém ele dispunha de melhores meios para se defender. É certo que o imigrante de origem alemã foi chamado de “alemão batata”, sua dificuldade linguística ridicularizada. Pereceu sem socorro nas matas, em especial nas primeiras gerações; desterritorializou-se, enlouquecendo ou se marginalizando, em alguns casos. Conservou de sua cultura apenas a comida e algumas festas, bastante modificadas e abasileiradas. Os casamentos desses imigrantes com brasileiros brancos descendentes de portugueses, das famílias da classe dominante, não eram bem vindos inicialmente. Mas a partir da terceira geração, o chamado “teuto-brasileiro” já começa a poder desfrutar dessa convivência e os casamentos mistos se multiplicaram. Nos dias atuais, um sobrenome alemão, ser louro e de olhos azuis parece facilitar emprego em algumas empresas: é fácil verificar nos créditos dos noticiários da principal rede de televisão do país a grande quantidade de repórteres e jornalistas com sobrenomes germânicos, além de modelos famosas e apresentadoras de programas infantis, todas louras e vistas com admiração pelas crianças, quase todas negras e mestiças. Ser louro e descendente de alemães abre portas, teve certamente valor simbólico nessa sociedade herdeira da escravidão, apesar do fracasso evidente dos que viam na imigração a solução para evitar que o Brasil se tornasse uma nação negra.

⁸ A palavra submergir é utilizada na colônia alemã para designar o abasileiramento.



Diferentes destinos tiveram aqueles povos de língua alemã que vieram para o Brasil no século XIX, muitos deles para fugir da fome na Europa. O adjetivo “alemão” é hoje com frequência utilizado no Brasil para designar alguém que tenha certas características físicas e sabemos que o Brasil, “mesmo em situação de pobreza, o branco pobre tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa”. (Bento, 2002, p. 28). Terminamos nosso artigo com essa citação, plena de significados:

“Procurei pelos jornais um jardineiro alemão. Apresentou-se um indivíduo alto, louro e com sotaque caracteristicamente caipira. Disse ser jardineiro alemão. Perguntado onde nascera, respondeu que era de Sorocaba. Não descobri nele nada de alemão a não ser certos traços somáticos convencionalmente tidos como germânicos. Ele não era capaz de dar uma informação sobre a sua ascendência. Apenas sabia que pais e avós também nasceram e residiram no município de Sorocaba. Provavelmente era descendente de imigrantes alemães ou suíços que na primeira metade do século passado se fixaram naquela região. (Willems, p. 337)

REFERÊNCIAS

Agência Brasil [online]. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.

BASTOS, Janaína Ribeiro. O lado branco do racismo: a gênese da identidade branca e a branquitude. *Revista da ABPN* v. 8, n. 19, mar – jun. 2016, p.211-23.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. *Psicologia social do racismo – estudos*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BOMFIM, Manoel [1903]. *A América Latina: Males de Origem* [Kindle]. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais Domínio Público, 2008. [kindle] <http://books.scielo.org>. Acessado em 20/02/2018.

BOVE, Laurent. *Espinosa e a Psicologia Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora Unesp, [kindle].2007

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e MUGGE, Miquéias Henrique. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão numa zona de imigração alemã. (RS/Século XIX). *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, v. 49 n.1, Janeiro/abril 2013, p. 30-46

NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Massangana, 1870. dominiopublico.gov.br. Acessado em 20/02/2018



NEUMANN, Rosane Marcia et al. *Ambiências, expografias e seus objetos: a imigração alemã no sul do Brasil a partir das narrativas museológicas*. História: *Debates e Tendências*, Universidade de Passo Fundo, vol.16 n.2, 2016, p. 408-425.

RAUTER, Cristina. *Percepções da Violência nas Práticas dos Profissionais de Saúde: Famílias Desestruturadas, Tiroteios e Outras Estórias*. Passagens: *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v.16, n. 3, 2014, p. 99 – 116.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Raymundo Nina. [1894] *Raças Humanas e Responsabilidade Penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais Domínio Público. Disponível em 16/02/2018 www.centroedelstein.org.br.

_____. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 1932. Domínio Público. www.centroedelstein.org.br. [kindle] Acessado em 16/02/2018

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WACQUANT, Loic. *Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *A Cor dos Homicídios no Brasil*. [online]. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012. mapadaviolência.org.br. Acessado em 20/02/2018.

WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional [Brasília]: INL, 1980.

Recebido em outubro de 2017
Aprovado em janeiro de 2018